

ANTÓNIO V. BENTO
(org)



A ESCOLA EM TEMPO DE CRISE

OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS

1ª Edição 2012



UNIVERSIDADE da MADEIRA
www.uma.pt

CIE-UMa

Centro de Investigação em Educação
www.uma.pt/cie-uma

A ESCOLA EM TEMPO DE CRISE OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS

ANTÓNIO V. BENTO
(org)

António V. Bento é Professor Auxiliar com Nomeação Definitiva e Director do Mestrado em Educação, área de Administração Educacional no Centro de Competência das Ciências Sociais (Departamento de Ciências da Educação) e membro do Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira.

“...Estruturámos este livro da seguinte forma: Na Parte I apresentamos os textos das conferências – Conferência 1 “Da crise da escola à escola contra a crise” por Carlos Vilar Estêvão do Instituto de Educação da Universidade do Minho; Conferência 2 “A escola em tempo de crise: desafios da profissão docente” por Alice Mendonça do Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira; e, Conferência 3 “A ESCOLA EM TEMPO DE CRISE: GERIR OU LIDERAR? Gestão (escolar) para tempo de magnificência e liderança (escolar) para tempo de crise” por António V. Bento do Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira.

Nas Partes II e III, apresentamos um total de 21 comunicações organizadas de acordo com as duas oficinas temáticas: Oficina temática A “Oportunidades para a escola em tempo de crise”, com 10 comunicações. Oficina temática B, “Constrangimentos para a escola em tempo de crise”, com 11 textos.” (in Nota de Abertura).

ANTÓNIO V. BENTO (Org.)

**A ESCOLA EM TEMPO DE CRISE:
OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS**

Título

A escola em tempo de crise: Oportunidades e constrangimentos

Organizador

António V. Bento

Edição

Centro de Investigação em Educação – CIE-UMa

Design Gráfico

Énio Freitas

Impressão e Acabamento

João Duarte, Unipessoal, Lda

Tiragem

200 Exemplares

ISBN

978-989-97490-2-3

Depósito Legal

344631/12

© CIE-UMa 2012

www.uma.pt/cie-uma

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

PEST-OE/CED/UI4083/2011

A (RE)CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE

Liliana Rodrigues

Centro de Investigação em Educação
Universidade da Madeira

Pensar a universidade é olhar para a conceção de academia como um lugar de reflexão, conhecimento e crítica. “Academos” era um herói da mitologia grega, sepultado num bosque onde nasceu a Academia de Platão. Acreditava-se que todos podiam expressar as suas ideias e, acima de tudo, a Academia era um lugar de produção de conhecimento e não tanto de transmissão de conhecimento. Mais do que ensinar, uma academia tem que produzir. Mas produzir o quê?

«Linhas de montagem. As universidades não serviam só para estudar, acrescenta Ricardo Morgado: «Eram espaços de conhecimento, de espírito crítico, de debate político e cultural.» E hoje são o quê? «Por vezes, parecem linhas de montagem de uma fábrica. O fim é acabar o curso e conseguir um lugar no mercado de trabalho». Tudo o resto passa a ser secundário e com isso as universidades tornaram-se o reflexo do que é a sociedade: «São poucos os que confiam no poder da política para mudar o estado das coisas.» (Kátia Catulo, Jornal i, 24/03/2012).

E nesta lógica de produção em série de diplomas universitários sucederam “as três crises com que se defrontava a universidade” (Santos, B. S., 2008, p.15). Boaventura Sousa Santos identifica três crises: a crise da hegemonia, a crise da legitimidade e a crise institucional (ibidem). Façamos então uma análise aos três conceitos.

A hegemonia “diz respeito a um grupo organizado de significados e práticas, ao sistema de significações central, efectivo e dominante, valores e acções vividos. (...) As escolas, (...) não [são] apenas [os lugares onde se] “processam pessoas”, também “processam conhecimento”. Actuam como agentes de hegemonia cultural e ideológica, (...), como agentes de tradição selectiva e “incorporação” cultural” (APPLE, M., 1999, pp. 27-28).

Assim, os grupos hegemónicos não exercem apenas o seu poder sobre os outros grupos. Eles criam uma rede de significados e de valores que são efetivados na vida de todos os dias. As instituições de ensino não estão imunes a este sistema ideológico que domina, subjuga e que age sobre os grupos dominados. De forma silenciosa, particularmente nas sociedades

democráticas, a hegemonia seleciona, corta e recorta o conhecimento e a cultura de modo a garantir as suas pretensões ideológicas: a existência de dominadores e de dominados. Mas falar de hegemonia, e já aqui recorreremos a esse substantivo, implica a sua relação com a ideologia.

“(...) Para mim, a palavra ideologia tem um sentido totalmente neutro: uma ideologia é um sistema de ideias. Quando falo de ideologia, não denuncio nem designo as ideias dos outros. Reduzo a uma teoria, uma doutrina, uma filosofia ao seu grau zero, que é ser um sistema de ideias” (MORIN, E., 1991, p. 162).

A ideologia será, portanto, um sistema fechado de ideias e de princípios que por si só induz a valores a serem praticados por um grupo, ou por toda uma sociedade. O perigo da ideologia assenta na possibilidade de ela ser surda e muda ao diálogo e à diferença. Esse é o momento em que ela se torna hegemónica. É assim que ela autoriza convicções divergentes que, não raras vezes, são exclusivamente modos de se perceber como pretensamente democrática. Na verdade o que se faz é tolerar a diferença *essencializando* a identidade hegemónica, quer dizer, dá-se a absorção do diferente porque a alteridade traz em si a marca da exclusão. Por outro lado, é esta marca que serve de motor à mudança e à transformação social ainda que tenha de reconhecer que a identidade veda, obstrui e embarga e não consente que a diferença se mostre de forma ostensiva.

A sua legitimidade, da identidade hegemónica, leva-nos a pensar que a sua aceitação é um destino que toca o fatalismo dos gregos antigos. Mas essa aquiescência é, primeiramente, mais simbólica e formal do que real. Isto é, a legitimidade de determinações ocultas conferem poder ao que por si só é ilegítimo: dominar. E em princípio, são as instituições públicas quem estão em melhor posição de fazer esta análise que não é apenas uma análise social ou individual mas que é, principalmente, uma análise ao conhecimento. E nenhuma instituição, como a universidade, está em tão boa posição para decidir o que é o conhecimento e para quem é o conhecimento. Acresce a isto o facto de ser o Estado a aprovar ou a desaprovar os desenhos curriculares dos cursos universitários. Num passado recente, acreditou-se que Bolonha (que foi uma imposição do Estado) daria a formação do *Gentleman* e que os processos pedagógicos iriam mudar radicalmente em relação à ideia de “uma só boca que fala e muitíssimos ouvidos, com um número maior de mãos que escrevem” (Nietzsche, 1979, p. 120). A verdade é que a universidade continua a formar para a especialização e sem a visão do todo sofremos a pior espécie de escravidão: ausência de pensamento crítico e filosófico. E uma universidade sem Filosofia e sem crítica não é digna de se chamar universidade.

E é este o paradoxo da universidade: produzir cultura, pensamento crítico e científico e, em simultâneo, tem que produzir conhecimento instrumental (Boaventura Sousa Santos, 2008, p. 15). De todas as inovações, soluções e contradições a universidade sabe que “(...) *a respeitosa distância e com uma certa atitude de espectador anelante, está o Estado para recordar, de vez em quando, que ele é o objetivo, a finalidade e a súmula do estranho procedimento em falar e escutar*” (Nietzsche, 1979, p. 121).

Foi esta a primeira grande crise da universidade: a crise de hegemonia. A universidade deixou de ser a demonstração da genialidade cultural e intelectual. No caso da Europa e da sua universidade humanista quase tudo foi reduzido a um sistema económico que tudo vende, aluga e trespassa. A universidade europeia tem que reconquistar aquilo que fez de nós europeus. E “*ser europeu é tentar negociar, moralmente, intelectualmente e existencialmente, os ideais, afirmações, praxis rivais da cidade de Sócrates e da cidade de Isaías*” (Steiner, G., 2006, p. 36). A elite universitária caminha para a especialização científica cuja estreiteza mostra que “*um homem de cultura degenerada é um sério problema e sentimo-nos profundamente perturbados quando observamos que todos os nossos homens públicos, estudantes e jornalistas carregam os signos dessa degeneração*” (Nietzsche, 1979, p. 128). A diferença entre especialista e técnico é muito ténue e foi esse esbatimento, com a cumplicidade do Estado, sobre os fins da universidade que a levaram à segunda crise: a crise da legitimidade.

Tanto a hierarquia dos saberes, colocados numa lógica de utilidade a serem vendidos no mercado, como os *numerus clausus*, as exigências sociais (Boaventura Sousa Santos, 2008, p. 15), de democraticidade e de igualdade de oportunidades fizeram da universidade um lugar onde a democratização é mais prometida do que realizada e assim a sua legitimidade é posta em causa por não ser capaz de cumprir o que prometeu: ser uma instituição de cultura autêntica. Na perspetiva de Nietzsche (1979) o que temos é uma falsa cultura universitária que aniquila qualquer possibilidade de autonomia do aluno precisamente porque a autonomia exige uma relação de dependência professor/aluno. Assim, esta cultura histórica é a destruição da Filosofia e há um tipo de jornalismo assumido pelos professores universitários que na sua visão são meros funcionários do Estado.

Aos homens de cultura “*faltava-lhes algo que teria de chegar de fora, isto é, uma autêntica instituição de cultura que pudesse proporcionar-lhes objectivos, mestres, métodos, modelos, companheiros (...)*” precisamente porque “*os nossos universitários «independentes» vivem sem filosofia e sem arte*” (Nietzsche, 1979, pp. 129-125). Daqui decorre a crise institucional, cada vez mais visível, que se refere ao desinvestimento e à mercadorização

da universidade. E a par com estes dois fenômenos a universidade, cinicamente, apregoa a autonomia que já nem é financeira.

O desinvestimento, por parte do Estado, na educação superior e na investigação deve-se, segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), a dois tipos de fatores: externos e internos. Em relação aos fatores externos podemos identificar a eterna crise financeira, o capitalismo educacional, a ideia contemporânea de receitas próprias, *a privatização de serviços, a urgência da universidade produzir para o mercado e de se produzir a si mesma como mercado e a necessidade de valorização capitalista da universidade* (p.21). Quanto aos fatores internos encontramos a *“mediocridade docente (...), a falta de produtividade (...), a defesa de privilégios (...) e interesses corporativos, bem como a ineficiência no uso dos meios (...) e a falta de democracia interna (...) que produz cinismo e individualismo”* (p. 22).

Na minha perspectiva a agonia em que vivem as universidades deve-se, essencialmente, à primeira crise de onde todas as outras decorrem. A intelectualidade universitária resume-me a especialistas mais ou menos eruditos que, com ou sem intenção, educam para a conformidade e submissão (Nietzsche, 2003, p.8). As universidades ao se tornarem servas do Estado perderam toda a sua autonomia e projetam não só essa tal falsa cultura como uma pseudo autonomia que se reveste, aqui fazendo uso de algum sarcasmo, de uma dupla liberdade acadêmica. *“Feliz época, esta, em que os jovens são bastante sagazes e cultos para poderem guiar-se a si mesmos!”* (Nietzsche, 1979: 121). O aluno ouve o que quiser, escreve se o entender, numa lógica de cultura que se faz pelo ouvido e pela boca. *“(...) eis o aparelho académico exterior, eis a máquina cultural universitária posta em funcionamento”* (Nietzsche, 1979, p.121).

A reconstrução da universidade passa, particularmente, pelo relembrar dos seus propósitos que não se resumem a tubos de ensaios e soluções financeiras concebidas por engenharias avulsas que fazem nascer e crescer desagregados os alicerces da formação universitária. Por isso mesmo é que já no séc. XIX Nietzsche refere que *“a partir da minha comparação interpretei agora o que eu entendo por instituição de cultura autêntica e compreendi as razões pelas quais na universidade não reconheço, nem de longe, tal instituição”* (Nietzsche, 1979: 135).

Toda e qualquer universidade têm que garantir a preservação cultural e acima de tudo, que ela é o lugar onde os verdadeiros problemas da vida são colocados, que ela é o lugar do enigma, da orientação e da cultura. Honrar o PhD, Philosophy Doctor, cabe a cada professor universitário, mas

assumir os papéis e as funções da universidade cabe à própria instituição que se deve ver como um ponto vital do seu país. Pensar os fins das instituições de ensino e de cultura é uma tarefa de um país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apple, M. (1999). *Ideologia e Currículo*. Porto: Porto Ed.

Morin, E. (1991). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget

Nietzsche, F. (1979). *O Futuro das Instituições de Ensino*. Lisboa: Via Ed.

Nietzsche, F. (2003). *Escritos Sobre Educação*. S. Paulo: Ed. Loyola

Santos, S. B. e Filho, N. A. (2009). *A Universidade no Século XXI - Para uma Universidade Nova*. Lisboa: Almedina

Steiner, G. (2006). *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.